

# UM LAMPIÃO ILUMINA AS ESQUINAS DA LITERATURA<sup>1</sup>

Ricardo AFONSO-ROCHA\*

- **RESUMO:** Trato da ditadura “cis-hétero-militar” (1964-1988), tal como representada no jornal “homossexual” *Lampião da Esquina* (1978-1981). Em especial, reflito sobre a representação literária das políticas sexuais adotadas pelo regime ditatorial brasileiro de 1964. Objetivo apresentar o perfil sócio-político da coluna literária publicada naquele jornal e demonstrar a relevância de pesquisas sobre literaturas de jornal em contextos ditatoriais. Para tanto, em um primeiro momento, contextualizo o surgimento do *Lampião*, apresentando-o como possível ruptura com o cânone estabelecido, já que esse tensionou, por meio da coluna literária, o regime de referência dito “universal”: homem, branco, cis-heterossexual, urbano, burguês e cristão. Em seguida, analiso as particularidades de textos literários publicados em jornais, visando a demarcar a heterogeneidade e a especificidade analítico-interpretativa. Após descrição minuciosa da coluna literária em apreço, interpreto a historicidade e a sensibilidade ético-estética constitutiva de tais textos como coextensiva da resistência LGBT+ ao regime autoritário, visto que a relação entre ditadura e “homossexualidades” deve ser lida com aporte teórico-conceitual capaz de sinalizar a intensificação, pelo regime, das práticas simbólicas de produção dos corpos em torno da cis-heteronormatividade.
- **PALAVRAS-CHAVE:** *Lampião da Esquina*. Literatura de Jornal. Literatura Homossexual. Ditadura cis-hétero-militar brasileira.

---

\* Doutorande e mestre pelo programa de pós-graduação em Letras: Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Membro do grupo de pesquisa “O espaço biográfico no horizonte da literatura homoerótica” (GPBIOH) e do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais da UFRPE (NUQUEER). Colaborador do Grupo de estudos discursivos em arte e design da UFPR (NEDAD), do Grupo de estudos discursivos da UESC (GED) e do blog **Resista!** Observatório de Resistências Plurais.

<sup>1</sup> Este artigo é oriundo da dissertação de mestrado *Bichas também SANGRAM: Deimopolítica e direito de resistência na literatura do jornal Lampião da Esquina*, orientada pelo professor André Luís Mitidieri.

## Nasce um jornal de veado...

O *Lampião da Esquina* foi um jornal homossexual brasileiro que circulou entre os anos de 1978 e 1981<sup>2</sup>, em plena ditadura cis-hétero-militar<sup>3</sup> (1964-1988<sup>4</sup>). O projeto de um periódico de, por e para veados surgiu na entrevista com Winston Leyland, editor do *Gay Sunshine*, tabloide americano dirigido ao público LGBT+. Inicialmente, a publicação recebeu o nome de *Esquina*, que era também a designação da editora criada pelo grupo. Contudo, conforme Aguinaldo Silva (2011), um dos mais importantes editores do periódico, em depoimento no documentário *Resistir é preciso*, o grupo logo descobriu a existência de outro periódico com o mesmo nome, optando, enfim, por *Lampião da Esquina*. A nomenclatura, ironicamente, diaboliza<sup>5</sup> a luz de um poste no encontro de ruas, a esquina. Lugar emblemático para os sujeitos inscritos em práticas desviantes da cis-heteronormatividade, que têm nesses espaços, no mais das vezes, a única alternativa de sobrevivência. Por exemplo, quando são expulsos de casa, a esquina representa quase uma parada obrigatória, podendo também sinalizar um lugar de sociabilidade, de afetos, de encontros e de transformação.

Posteriormente, na edição do logotipo, surgiu a ideia de associar o nome do jornal àquele que seria o símbolo mais hostil da masculinidade brasileira: Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião do Cangaço. *Lampião*, de símbolo do machismo, da masculinidade tóxica e da virilidade ao seu oposto: diabo da viadagem. A associação cria interessante efeito metafórico e polissêmico. A “esquina” comparece como espaços de significações cindidas em relação ao ficcionalmente estabelecido como “correto”. Ou seja, como forma de conteúdo que define o

---

<sup>2</sup> Cabe destacar que, conforme Marcus Assis Lima (2011), em *Breve histórico da imprensa homossexual no Brasil*, durante o regime cis-hétero-militar brasileiro circularam, além do *Lampião*, outros periódicos direcionado ao público homossexual: *Snob*, *Le Femme*, *Subúrbio à noite*, *Gente Gay*, *Aliança de Ativistas Homossexuais*, *Eros*, *La Saison*, *O Centauro*, *O Vic*, *O Grupo*, *Darling*, *Gay Press Magazine*, *20 de Abril*, *O Centro*, *O Galo*, *Os Felinos*, *Opinião*, *O Mito*, *Le Sophistique*, *Fatos e Fofocas*, *Zéfiro*, *Baby*, *Little Darling*, *Ello*, *Entender*, *Gatho*, dentre outros.

<sup>3</sup> Embora Renan Quinalha (2017) tenha notado a produção do corpo em torno da cisgeneridade, o termo “hétero-militar” parece omitir ou ocultar a dimensão cisnormativa da ditadura brasileira. Sendo assim, minha reescritura do termo em ditadura “cis-hétero-militar” tem por objetivo destacar a produção do corpo e das sexualidades em torno da cisgeneridade.

<sup>4</sup> Adoto o ano de 1988 como marco final da ditadura cis-hétero-militar, a despeito da historiografia majoritária que elege o ano de 1985, marcado pela eleição indireta do presidente civil Tancredo Neves. Minha escolha do ano de 1988 se funda na justificativa de que foi somente neste período, com advento de uma nova ordem constitucional democrática, que o aparato censório foi legalmente extinto. Em sentido similar, Renan Quinalha (2017) adota esse ano.

<sup>5</sup> Diabo aponta para o oposto de símbolo, ou seja, para aquilo que promove fraturas de sentidos, que desfaz a homogeneidade fictícia do significante, para aquilo que desune, que provoca ruptura na ordem simbólico-imaginária.

local de visibilidade do inimigo homossexual, a esquina passa a ser o *locus* de contestação e de reivindicação dessas imagens de/sobre os sujeitos desviantes da cis-heteronormatividade.

Com sede no Rio de Janeiro e na cidade de São Paulo, o *Lampião* foi vendido, nas bancas de jornais, de abril de 1978 até junho 1981. Teve ao todo 41 edições, sendo que, dentre estas, houve 37 números ordinários<sup>6</sup>, uma edição inaugural (nº 0) e três números extraordinários (edições extras com entrevistas anteriormente publicadas em um dos números ordinários). Editado mensalmente, com tiragem entre 10 e 20 mil exemplares, *Lampião* foi lido, de imediato, como uma afronta direta ao regime cis-hétero-militar<sup>7</sup>. Isso porque o jornal questionou o aludido regime autoritário, segundo o qual as assim consideradas imoralidades sexuais deveriam ser eliminadas, já que supostamente constituiriam óbices ao fortalecimento do Brasil. De todo modo, *Lampião* confrontou o projeto autoritário fincado no ideal de nação homogênea e de cidadão nacional, símbolo da masculinidade viril.

O tabloide apresenta transfigurações do político no estético, sem que com isso perca sua função ética. Por instar essa sensibilidade trágica, homosocial, a coluna literária do *Lampião* é tomada como possível ruptura com o cânone literário estabelecido, já que essa tensionou/confrontou o regime de referência dito “universal” – homem, branco, cis-heterossexual, urbano, burguês, cristão – ao introduzir uma estética das diferenças, indesejada no regime, porque não reproduziria os valores morais da **família tradicional nuclear burguesa**. A estética das diferenças foi igualmente indesejada nos grupos de esquerda, em razão de entenderem que as “homossexualidades”<sup>8</sup> não passavam de um desbunde

---

<sup>6</sup> Alguns pesquisadores, a exemplo de Renan Quinalha (2017), afirmam que o *Lampião* teve apenas 37 edições, isso porque desconsideram as edições extraordinárias supracitadas.

<sup>7</sup> Destaco que o *Lampião* não foi a única frente de resistência às políticas sexuais adotadas pela ditadura cis-hétero-militar. Como já mencionado, houve outros periódicos similares que igualmente contestavam a significação do “homossexual” como inimigo social. Além, é claro, de outras táticas de resistência que se somavam à ampla contestação “homossexual” ao regime ditatorial brasileiro. Cito como exemplo as performances do grupo Dzi Croquettes, as músicas e performances de Ney Matogrosso, assim como as atuações artísticas de Cláudia Wonder, a imagem *camp* personificada em Clóvis Bornay e Clodovil Hernandes, a literatura de Cassandra Rios, Herbert Daniel, Anderson Herzer, João Nery, Antônio Chrysóstomo, Loris Ádreon, Silviano Santiago, Aguinaldo Silva, Luiz Canabrava, as performances teatrais de Lennie Dale, Madame Satã, o ativismo lésbico do jornal *Chanacomchana*, a resistência lésbica de Marisa Fernandes, Rosely Roty, bem como o ativismo de grupos organizados de homossexuais como o *Somos – Grupo de Afirmação Homossexual* e posteriormente o *GALF – Grupo de Ação Lésbica Feminista*. Os exemplos são inúmeros, poderia ainda destacar a resistência trans e travesti, ainda na década de 1960, em Belo Horizonte, contra uma série de portarias da Secretaria de Segurança Pública que proibiam os espetáculos e shows de travestis na cidade.

<sup>8</sup> Embora, no período da ditadura cis-hétero-militar, as dissidências sexuais fossem vistas, quase que hegemonicamente, como forma de homossexualidades (por isso a utilização no plural), optou-se, em alguns momentos, neste trabalho, pelo uso da sigla mais contemporânea LGBT+.

pequeno-burguês<sup>9</sup>, já que não condizentes com a masculinidade revolucionária, conforme o arquétipo viril personificado na imagem de Che Guevara: “Onde vocês já ouviram falar de um operário bicha? Naquelas fantasias que inventamos, a Classe Operária não sofria ‘desvios’ sexuais. Porque não tinha sexualidade nenhuma. Era uma classe higiênica. Historicamente saudável” (DANIEL, 1982, p. 96).

Nessa perspectiva, Iago Moura Melo dos Santos e Maurício Beck (2019, p. 174), em *Vestígios do silêncio*, trabalho singular sobre os sentidos de gueto desde uma análise materialista sobre o silêncio no editorial de inauguração do jornal, sublinham que *Lampião* pode ser lido como uma reação ao jornal *Pasquim*, “que, embora constituísse importante jornal alternativo, mostrava-se insensível em relação às questões das ditas minorias e endossava as práticas de censura moral da ditadura militar”. Aguinaldo Silva (2016) igualmente focou a relação entre *Pasquim* e *Lampião*, no documentário *Lampião da Esquina*. O autor afirma que aquele jornal, visto univocamente como “símbolo” da esquerda e da luta contra a ditadura, acabou por reforçar estigmas e estereótipos, reproduzindo e intensificando o discurso de censura moral no que dizia respeito aos sujeitos inscritos em práticas desviantes da cis-heteronormatividade, o que pode indiciar a postura homofóbica por vezes adotada pelo *Pasquim*, a despeito da sua posição contrária à ditadura militar.

### **Uma ditadura cis-hétero-militar: “Nós não estamos passando no buraco da abertura”<sup>10</sup>**

Quando se fala do *Lampião*, é inevitável questionar/confrontar o imaginário social sobre a Abertura lenta, gradual e irrestrita de que, durante esses anos iniciais do projeto de redemocratização concebido por Geisel, quase não existia mais ditadura (leia-se, violência) no país, afinal foi uma transição planejada pelos próprios militares (uma benesse?). Como *Lampião* foi criado no fim dos anos

---

por essa utilização, também, por considerar que o signo “homossexualidades” acaba evocando uma fictícia coletividade coesa que não dá conta da pluralidade de identificações (não disse identidades) dos sujeitos assim denominados ou autodenominados. Tal escolha, ainda que seja vista como anacrônica, é apenas uma tentativa de evitar um termo cuja historicidade significativa expressa uma generalizadora homogeneização em torno do signo da masculinidade. Contudo, algumas vezes, usarei aquela dicção de forma genérica, sinalizando a complexidade de práticas e sujeitos desviantes da cis-heteronormatividade. Isso se faz necessário em virtude do uso generalizado desse vocábulo no período de circulação do jornal *Lampião*.

<sup>9</sup> Termo utilizado pela esquerda tradicional para sinalizar o “abandono” da “luta coletiva” por motivos “banais” individualistas, geralmente associado às “homossexualidades” e às vivências artísticas.

<sup>10</sup> (DANIEL, 1982, p. 81).

1970, logo se pensa em um período de declínio da ditadura e que, supostamente, a “Abertura” teria facilitado o “nascimento” do jornal.

Apesar do nascimento do periódico ter acontecido no contexto da imprensa alternativa, ou seja, durante os anos de suavização da censura política promovida pela ditadura, a censura moral direcionada aos sujeitos inscritos em práticas desviantes da cis-heteronormatividade seguia firme. Por isso, não podemos considerar, sem problematizações, as sedimentações de sentidos que remetem a esse conturbado período. As violências direcionadas aos sujeitos desviantes das normas regulatórias de inscrição sexual não foram incidente menor da ditadura, mas sim política *cistematizada*<sup>11</sup> de estigmatização dessas subjetividades adotada pelo regime cis-hétero-militar, aqui considerado em sua dimensão intraestatal<sup>12</sup>, sem deixar de considerar o desejo das massas na manutenção do “fascismo brasileiro”. Tal intensificação se deu sobretudo após 1970, com amplo apoio de camadas significativas da sociedade, inclusive aquelas vistas como progressistas:

[...] as perseguições e abusos sofridos por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais ocorreu tanto por parte dos militares e seus correligionários – que investiram numa verdadeira política de Estado homolebobitransfóbica –, quanto dos grupos de esquerda, apesar da participação ativa de LGBTQ+ na resistência contra o regime que, pela sua própria condição de minoria e subalternidade, os submeteu às torturas mais graves, agindo da mesma forma com negros e mulheres. (CABRAL, 2017, p. 113)

Os setores sociais que apoiavam o regime não estavam satisfeitos com a promessa de redemocratização e buscavam preservar a hegemonia da moralidade conservadora: cis-hétero-burguesa de cariz judaico-cristã fincada numa estrita masculinidade militarizada. Discordo daqueles que afirmam que *Lampião* teria surgido em um momento mais brando da ditadura brasileira. Ao contrário, o

---

<sup>11</sup> Uso o termo em referência à conceitografia proposta pela pesquisadora trans Viviane Vergueiro Simakawa (2015), em *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. A reescritura do vocábulo sistema em cistema destaca o caráter estrutural e institucional sistêmico do modelo sócio-político cis-heterossexista construído como normatividade nas sociedades ocidentais.

<sup>12</sup> Diferente de Bernard Harcourt (2015), em *The Punitive Society*, para quem, após 1978, Foucault teria abandonado a esfera estatal como categoria analítica, em razão da adoção do termo governamentalidade, entendo que, com essa nova categoria, Foucault articula os níveis estatal e extraestatal, sem que um tenha primazia ou sobredetermine o outro. Por governamentalidade, o filósofo francês aponta para a indeterminação intraestatal. Isso não significa que desconsidere o Estado. Pelo contrário, a radicalidade dessa noção permite que não mais fiquemos circunscritos às políticas e ações explicitamente reconhecidas pelos aparatos do Estado. Desvelando-se o vasto arquivo aglutinado no implícito do dizer. Chamo atenção para o texto *O sujeito e o poder*, de 1982, no qual Foucault (2014) se deteve especificamente sobre o poder do Estado.

jornal compareceu no momento de maior intensificação das estratégias globais de significação dos sujeitos inscritos em práticas desviantes da cis-heteronormatividade como inimigos da sociedade. Fico, portanto, com Marisa Fernandes (2015, p. 130), ativista lésbica e pesquisadora que vivenciou a dimensão cis-hétero-militar do regime autoritário, quando afirma: “Eu ouvia dizer: ‘ah, mas já estava branda com o Geisel’. Não! Ditadura nunca é fácil, do primeiro ao último dia dela”.

Nessa direção, Benjamin Cowan (2015), em *Homossexualidade, ideologia e subversão no regime militar*, afirma que, após a queda da resistência armada de esquerda, dizimada em 1970, as forças de segurança viraram-se, quase que exclusivamente, contra os subversivos morais, como forma de conduzir<sup>13</sup> ou de amplificar os desejos das massas na manutenção do regime. Intensificou-se, durante o período, a produção da figura do inimigo moral (leia-se sexual), cooptado pelo Movimento Internacional Comunista para promover o desmoronamento da nação por meio da desarticulação dos seus pilares: a moral cristã e a família tradicional burguesa.

Aqui se faz presente mais um dos sentidos da esquina. Aquele invisível tolerado cuja função, no diagrama do poder, é a de produzir o medo. Para tanto, o espectro do inimigo virtual, que funciona numa latente estrutura metafórica do signo, necessita ser atualizado, integralizado e diferenciado. É preciso fazer ver o inimigo. Assim como no mito, a efetividade da **inimigalização** se fundamenta no imaginário, tal qual alertou Roland Barthes (2001) sobre aquele, em *Mitologias*. A esquina funciona como **panoptismo flutuante**: faz ver o inimigo, concretizando sua virtualidade por um significante que se passa por referente e cujo significado se reduplica, desdobra e se perde. É o signo mítico.

Atualizado, o inimigo, agora identificável em uma subjetividade concreta, é fixado pelas relações de poder como **corpo-carne**, diferenciado do **corpo-sujeito** normalizado (e normatizado), em contraste com as subjetividades apreendidas como normais, cuja existência precisa ser narrada como em risco, ameaçada pelos inimigos. A carne assombra e fascina o sujeito. Ao mesmo tempo em que esse só existe enquanto tal porque é diferenciado em relação à carne, da sua matriz de ilegibilidade. De todo modo, a materialidade significativa constrói-se em relação diferencial com aquelas subjetividades que habitam o domínio da abjeção, necessário para circunscrever a zona do sujeito legível. A esse processo mítico de produção, atualização, integração e diferenciação do inimigo homossexual designo **deimopolítica**<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> A este respeito vide o conceito foucaultiano de governamentalidade, segundo o qual, o saber político expressa um instrumento de controle das condutas dos indivíduos. Para Foucault, a função do saber político é a de conduzir as condutas, os desejos e as vontades da população, isto é, controlar e produzir as potencialidades humanas por meio de tecnologias de poder.

<sup>14</sup> Por deimopolítica, sinalizo o processo mítico de produção do “homossexual” como inimigo da

É dessa época, 1970, a circular da Polícia Federal informando que as organizações comunistas recrutaram sujeitos inscritos em práticas desviantes e prostitutas para as fileiras de luta. Diante do aparente sucesso das políticas repressivas de combate aos grupos de luta armada em relação ao suposto risco político (terroristas e comunistas), a censura moral foi utilizada como estratégia para justificar a perpetuação do regime, afinal: “A masculinidade militar era ostensivamente homofóbica [...] A voz do regime era decididamente masculina.” (AVELAR, 2014, p. 49).

Embora a articulação entre desviantes morais e militância no campo da esquerda radical<sup>15</sup>, nos dias atuais, pareça-nos kafkiana e, até mesmo, risível ou burlesca, na época, era justificada pela paranoia anticomunista e pela preocupação com a licença de costumes associada aos movimentos “esquerdistas” e a um plano arquitetado pelas forças comunistas internacionais com o fito de desestabilizar a “família”, esta lida-como sustentáculo moral da nação:

Essa visão legitimou a violência direta contra as pessoas LGBT, as violações de seu direito ao trabalho, seu modo de viver e de socializar, a censura de ideias e das artes que ofereciam uma percepção mais aberta sobre a homossexualidade e a proibição de qualquer organização política desses setores. (BRASIL, 2014, p. 301)

A associação das homossexualidades às esquerdas radicais serviu para fortalecer a produção da sexualidade a partir da cis-hétero-norma, de forma que a “família normal” deveria ser protegida frente ao risco eminente e iminente representado pelos inimigos morais. A origem dessa ideologia, adotada oficialmente como técnica de governo cis-hétero-militar a partir de 1964, intensificada após 1970, remete às ideias integralistas e católicas ultraconservadoras dos anos 1930. Segundo Benjamin Cowan (2015, p. 30): “Preocupações para com as homossexualidades e a segurança

---

sociedade, aquele que se deve temer. Deimos é o deus grego do pânico, irmão gêmeo de Fobos, deus do medo. Como deus do pânico, Deimos é responsável por generalizar o medo, de modo a promover o estado de terror, trazendo à tona as fragilidades dos homens. Amedrontados, os homens aceitam e legitimam qualquer barbárie. Para serem salvos, justificam o uso ilegítimo da força e da violência. Notei a centralidade no gerenciamento do medo aos “homossexuais” como estratégia de perpetuação do regime, uma vez que tais políticas ganharam força após 1970, quando os golpistas já não conseguiam justificar a necessidade da ditadura frente ao “risco comunista” ou perigo vermelho. O perigo cor-de-rosa surge, então, como espectro da política brasileira, numa latente estrutura metafórica do signo.

<sup>15</sup> Até porque as esquerdas fizeram questão de se distanciar destas subjetividades, negando, inclusive, a existência de sujeitos homossexuais na classe trabalhadora. Lula, em 1979, declarou ao *Lampião*: “Homossexualismo na classe operária? Não conheço”. Naquela fantasia imaginada pelas esquerdas, a classe operária é um todo homogêneo, universalizado, uno, uma classe sem espessuras, sem sexualidade, uma classe higiênica, limpa, universal.



nacional vieram à tona muito antes de 1964, quando autoridades policiais, médicas, legais e políticas procuraram patologizar e controlar a homossexualidade como uma prática perigosa, secreta [...]”. As práticas desviantes da cis-heteronormatividade foram, assim, associadas à subversão político-ideológica comunista.

Como exemplo dessas preocupações, ainda na década de 1930, Octávio de Faria, em seu livro *Machiavel e o Brasil*, de 1931, culpou a homossexualidade/feminilidade pela ameaça da revolução comunista que avizinhava no Brasil. Gustavo Barroso, outro conhecido integralista, partilhava da mesma ideia, em *Judaísmo, maçonaria e comunismo*, livro publicado em 1937. Nessa obra, argumenta sobre o empenho de “degenerados homossexuais” na revolução comunista e sexual. Tal associação permeou os escritos dos defensores e entusiastas (cúmplices) do regime ditatorial. Em 1968, o general Moacir Araújo Lopes lamentava o declínio moral e o perigo das “homossexualidades” para a juventude brasileira, no artigo *Rumos para a educação da juventude brasileira*:

O general Lopes também publicou, na Defesa Nacional, um artigo contra “a subversiva filosofia do profeta da juventude” Herbert Marcuse, cuja filosofia promovia ‘homossexualismo’ junto com “exibicionismo, fellatio e erotismo anal” e era parte de um plano de ‘ações no campo moral e político que [...] conduzirão seguramente ao caos, se antes não levassem ao paraíso comunista”. (BRASIL, 2014, p. 302)

O Serviço Nacional de Informações (SNI) viu o surgimento, no final da década de 1970, do movimento homossexual como uma conspiração entre o Partido Comunista Internacional e a imprensa alternativa. Para os órgãos de informações, o objetivo dessa conspiração era promover uma imagem aceita e socialmente respeitável do “homossexualismo”, encorajando os sujeitos inscritos nessas práticas a assumirem sua “condição”, com a finalidade de desestruturar o desenvolvimento moral do país:

Em 1978, por exemplo, um agente do Centro de Informações do Exército (CEI) escreveu: “É notado um esquema de apoio à atividade dos homossexuais. Este apoio é baseado, em sua quase totalidade, em órgãos de imprensa sabidamente controlados por esquerdistas. Aliando-se a este fato a intenção dos homossexuais de se organizarem em movimentos e de “ocupar um lugar certo – inclusive politicamente – pode-se estimar alto interesse comunista no proselitismo em favor do tema”. (BRASIL, 2014, p. 303)

Conforme, pontualmente, explica o historiador Carlos Fico (2015, p. 15), o estigma contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros não surgiu com a ditadura de 1964: “Ela apenas forneceu aos moralistas e conservadores,



então no [gerenciamento das condutas], os meios para agirem”. Isso porque a ditadura ampliou os mecanismos de controle sobre os pormenores da vida, por meio da ramificação capilar/molecular e, conseqüentemente, do aperfeiçoamento da complexa estrutura política de governamentalidade.

Os Relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV), das Comissões Estaduais da Verdade do Rio de Janeiro e de São Paulo (respectivamente CEV-RJ e CEV-SP)<sup>16</sup> afirmam que a produção da sexualidade em referência à cis-hétero-norma dificultou a organização dos sujeitos inscritos em práticas desviantes da cis-heteronormatividade entre as décadas de 1960 e 1970. O Estado brasileiro reconhece, em 2014, tardiamente, que a ausência de uma rede de solidariedade extraestatal bem-estruturada em torno dos direitos políticos e civis da população LGBT+, como ocorria na Europa, Argentina e Estados Unidos por exemplo, deve-se à adoção de políticas implícitas de produção da sexualidade com base em parâmetros cis-hétero-normativos, com claro destaque na produção do inimigo “homossexual”:

A ditadura militar no Brasil (1964-1985) foi um período de perseguição e de violência contra qualquer diversidade sexual e de gênero. Dentre os vários argumentos utilizados pelos militares para perseguir lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, havia acusações de que essas eram pessoas subversivas, constituíam uma ameaça à segurança nacional, à família, à moral prevalente e aos bons costumes. (SILVA; BRITO, 2017, p. 215)

Conforme mostra Carlos Fico (2002, p. 273), os defensores da moral e dos bons costumes apelavam aos órgãos da censura para que determinados bens culturais, por eles considerados imorais, fossem proibidos:

O homossexualismo, para uma mulher que escreveu ao ministro da Justiça, era causado pelo abandono da prática de educar-se os jovens em colégios separados, uma educação “de rendinhas e perfume” para as meninas e de “botinas e cigarro” para os meninos. Todo tipo de menção ao homossexualismo motivava reclamações, especialmente quando relacionada a artistas famosos: “muitos gays estão, para nosso descrédito e vergonha, brilhando na constelação artística nacional [...] Se, como soubemos, a AIDS, realmente, ataca os putos, que ela, à falta de coragem para uma sanidade moral, seja muito bem-vinda”.

---

<sup>16</sup> Deve-se considerar que, assim como o Brasil, outros países latino-americanos vivenciaram, no mesmo período, ditaduras que igualmente poderiam ser adjetivadas como cis-hétero-militares: Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Equador. Destes países, apenas o Equador e o Brasil reconheceram publicamente, por meio de Comissões da Verdade, a adoção de políticas sexuais de intensificação da cis-heterossexualidade, bem como a adoção de estratégias globais de significação dos sujeitos inscritos em práticas desviantes como inimigos da sociedade.

As reclamações foram tão constantes que, em 1985, ano da eleição presidencial indireta, o diretor da Divisão de Censura de Diversões Públicas justificou a expedição da Instrução Normativa nº 03/85 nas reclamações reiteradas acerca da presença de travestis nas programações de televisão (BRASIL, 2014). Com apenas dois artigos, o ato administrativo resolveu erradicar “insinuações de homossexualismo na TV”.

Outro tipo de violência cometida, rotineiramente, contra sujeitos inscritos em práticas desviantes da cis-heteronormatividade foram as batidas policiais ocorridas principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Belo Horizonte. As operações foram estruturadas pelas polícias militares e civis com respaldo das respectivas Secretarias estaduais de Segurança Pública. Consoante Rafael Freitas Ocanha (2014; 2015), a primeira grande operação ocorreu em 1968 durante a visita da Rainha Elizabeth II.

A partir de então, preocupada com o aumento do número de sujeitos desviantes, sobretudo de travestis, na noite paulista, a Polícia Civil do Estado de São Paulo encomendou um estudo ao delegado Guido Fonseca a respeito dos locais de sociabilidade dessas subjetividades. O relatório final produzido pelo estudo criminológico do delegado apontou que a redução dos números dessas subjetividades ocorreria com o enquadramento da prostituição na prática de vadiagem. Dessa recomendação adveio a Portaria 390/76, da Delegacia Seccional Centro, que autorizava a prisão de sujeitos desviantes, sobretudo travestis, da região central da cidade para averiguações. Nesse estudo de 1977, Guido Fonseca registrou cerca de 460 travestis, das quais 398 foram levadas para interrogatório, sendo obrigadas a assinarem um termo no qual constavam profissão, ganho mensal, gastos com hormônios e aluguel, entre outras informações (BRASIL, 2014).

O governador Paulo Maluf (1979-1982) intensificou as batidas policiais sob o comando do delegado José Wilson Richetti, principalmente, na área central da cidade de São Paulo. Causa espanto a matéria intitulada “Polícia já tem plano conjunto contra travestis”, publicada em 1º de abril de 1980, no *O Estado de São Paulo*, que

[...] registra a proposta das polícias civil e militar de “tirar os travestis das ruas de bairros estritamente residenciais; reforçar a Delegacia de Vadiagem do DEIC para aplicar o artigo 59 da Lei de Contravenções Penais; destinar um prédio para recolher somente homossexuais; e abrir uma parte da cidade para fixá-los são alguns pontos do plano elaborado para combater de imediato os travestis, em São Paulo. (BRASIL, 2014, p. 307)

O plano era simples: realizar rondas policiais em locais frequentados por sujeitos não-cis-heterossexuais. As batidas chegaram a averiguar 500 pessoas por dia. Conforme consta no Relatório final da CNV, aproximadamente, 1.500 pessoas foram levadas às cadeias e aos porões da ditadura por essa prática de

higienização. O fundamento legal dessas ações era a contravenção penal de vadiagem.

Contudo, tais rondões não passaram de forma acrítica. Alguns setores da sociedade manifestaram indignação em relação às ações do delegado Richetti. Merece destaque a atuação da advogada Alice Soares, do *Centro Acadêmico XI de Agosto*, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em defesa das prostitutas e das travestis perseguidas. Em 1980, a Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de São Paulo anunciou a criação de comissão específica na entidade para elaborar nota de repúdio às ações do delegado Wilson Richetti<sup>17</sup>. Em contrapartida, a Secretaria de Segurança Pública do Estado publicou nota oficial legitimando as ações do delegado e informando que as batidas eram uma política de segurança estatal:

O Delegado de Polícia José Wilson Richetti é o comandante e chefe de uma guerra sem quartel em toda a área central da cidade, não esperando a queixa que o cidadão possa apresentar, mas indo nos locais suspeitos ou sabidamente condenáveis, para conduzir, a qualquer um dos oito distritos policiais que integram a Seccional Centro, o explorador de lenocínio, o rufião, o travesti, o traficante de tóxicos, o assaltante, o ‘trombada’ ou a prostituta que acintosamente realiza o seu comércio nas vias públicas. (BRASIL, 2014, p. 308).

*Lampião da Esquina* publicou duas matérias criticando a atuação de Richetti. A primeira, em sua edição 21, de fevereiro de 1980, na qual fez críticas à prisão cautelar como instrumento para perseguição e encarceramento de sujeitos desviantes, sobretudo quando negros; a segunda matéria, em sua edição de julho, de 1980, denunciou a violência física e moral das batidas.

Em 1987, um ano antes da Constituição de 1988, teve início a *Operação Tarântula* cujo objetivo era, claramente, prender sujeitos inscritos em práticas de travestilidades que se prostituíam nas ruas de São Paulo. Esse evento ficou conhecido como temporada de caça, devido a forma como era anunciado pelos órgãos públicos: como se fosse um período de caça a determinadas espécies, fato que indicia a política de desumanização desses sujeitos adotada pelos órgãos estatais com amplo apoio de parcelas significativas da sociedade. O documentário *Temporada de caça*, dirigido e produzido por Rita Moreira, em 1988, informa que nesse período, inúmeros sujeitos inscritos em práticas desviantes da cis-heteronormatividade, sobretudo travestis, foram brutalmente assassinadas.

Como exemplo de um desses crimes nunca solucionados, cito o caso de Luís Antônio. No dia 23 de dezembro de 1987, Luís Antônio Martínez Corrêa foi assassinado. O corpo do diretor de teatro, encontrado em seu apartamento em

---

<sup>17</sup> “Documento da OAB critica Richetti”, *Folha de São Paulo*, p. 12, 13/6/1980.

Ipanema, estava amarrado. A perícia constatou que ele sofreu forte golpe na cabeça, além de ser estrangulado e mutilado com 107 facadas. Como destacado, essas subjetividades foram despidas da sua condição de cidadão, de maneira a habitar um não-lugar, expressando aquilo que Giorgio Agamben (2007), em *Homo Sacer*: o poder soberano e a vida nua, denomina “vida matável”. Ao retirar a proteção jurídico-política desses sujeitos, constituindo sua condição de vulnerabilidade, o Estado foi conivente com esses assassinatos, como ainda hoje.

Para além da importância de denunciar a onda de assassinatos de sujeitos dissidentes, o documentário *Temporada de Caça* mostra a desumanização desses sujeitos, expõe-nos cruamente a insensibilidade da população frente aos crimes cruéis. Em um momento da película, a repórter questiona os entrevistados sobre a opinião deles a respeito dos assassinatos de travestis e de homossexuais. A resposta é uníssona: “Não me importo”, “Tem mais é que matar”, “Se a lei permitisse, seria uma boa”, “Matando, prendendo tem é mais que acabar com eles”, “Essas mortes não me afetam”.

A chamada *Operação Sapatão*, realizada no feriado de 15 de novembro de 1980, deteve mulheres que frequentavam estabelecimentos considerados como de socialidade lésbica: “Mesmo portando documentos regularmente, as mulheres foram detidas sob o argumento: ‘você é sapatão’. As lésbicas detidas denunciaram ao jornal [*Lampião da Esquina*] que foram extorquidas por agentes públicos para serem liberadas.” (BRASIL, 2014, p. 309).

Tais práticas funcionam como inscrição e atualização do homossexual como inimigo da sociedade. Em termos metafóricos, coloca-se uma placa no corpo simbólico dos sujeitos desviantes da cis-heteronormatividade, marcando sua existência como corpo-carne, de modo que essas subjetividades passam a significar uma ameaça real a continuidade da espécie. Esse funcionamento foi representado na canção *Não recomendado*, de Caio Prado:

A placa de censura no meu rosto diz:

Não recomendado à sociedade

A tarja de conforto no meu corpo diz:

Não recomendado à sociedade

Perverso, mal amado, menino malvado, muito cuidado!

Má influência, péssima aparência, menino indecente, viado!

A placa de censura no meu rosto diz:

Não recomendado à sociedade

A tarja de conforto no meu corpo diz:

Não recomendado à sociedade

Recentemente, em 2018, a divulgação do telegrama da CIA sobre o general Geisel, descoberto por Matias Spektor, levanta importante discussão a respeito do período da chamada “Abertura”. Conforme o documento exposto, o presidente Geisel teria autorizado pessoal e diretamente as execuções dos “inimigos do regime”. A divulgação dessa fonte corrobora e dar força à narrativa de que a violação da integridade física dos ditos inimigos era uma política adotada durante todos os anos do regime. Tais fatos questionam o imaginário sobre a ditadura cis-hétero-militar brasileira, sobretudo o imaginário sobre o período da Abertura do regime. Isso porque há uma visão muito simplista que separa os governos militares com base em uma imaginária intensidade do aparato repressivo e da violência. Dessa forma, teríamos Castelo Branco como moderado, depois viria a linha dura, com Costa e Silva e Médici; em seguida, teríamos a Abertura com Geisel até a redemocratização.

É nessa direção que *Lampião* pode ser lido como narrativa de contestação ao imaginário hegemônico sobre a ditadura cis-hétero-militar brasileira. Durante a “Abertura”, o jornal denunciava a violência do regime contra diversas subjetividades: LGBT+, negros, mulheres, camponeses, indígenas etc. E foi por conta dessas denúncias que seus editores foram perseguidos e enquadrados pelo aparato repressivo do regime militar. Aguinaldo Silva (2016) relata, no documentário *Lampião da Esquina*, que os editores do jornal foram ameaçados diversas vezes de forma anônima. Inclusive, circulou uma lista assinada pelo Comando de Caça aos Comunistas com nomes de periódicos que não poderiam ser comercializados, entre os quais *Lampião da Esquina*. Silva (2016) também menciona que donos de livrarias e de bancas de revistas foram ameaçados de terem seus estabelecimentos destruídos por bombas caso continuassem comercializando o jornal.

Valendo-se dos estudos de Carlos Fico (2001), consideram-se duas dimensões entrecruzadas de atuação da ditadura cis-hétero-militar brasileira. A dimensão mais conhecida seria a *saneadora*, simulada no imaginário social da necessidade de proteger os cidadãos dos “bolsões comunistas”. O objetivo dos agentes de integralização desse domínio era o de “limpar a sociedade”, perseguindo e eliminando os opositores políticos do regime.

Já a segunda dimensão, a *pedagógica*, mais atuante a partir de 1979, período de acirramento das políticas sexuais como estratégias de perpetuação do regime ditatorial, baseava-se na visão de que os brasileiros, marcados pela pobreza e pelo analfabetismo, eram incapazes de decidir sobre o futuro político do país, necessitando serem custodiados por forças mais competentes, detentoras do conhecimento técnico e político essencial ao gerenciamento das condutas sociais e individuais. Os grupos integrantes da dimensão pedagógica acreditavam que precisavam “educar” a sociedade por meio, principalmente, da propaganda política e da censura moral dos meios de comunicação, rádio, televisão, cinema, música,

teatro, livros, revistas, jornais, coibindo tudo que, supostamente, atentasse à moral e aos bons costumes.

Foi nesse contexto, de primazia da dimensão pedagógica, que os órgãos estatais acompanharam de perto tanto o *Lampião*, quanto o emergente “movimento homossexual”, ambos surgindo no período pós 1970, ou seja, no cenário de atuação mais forte da moralidade conservadora. Ainda em 1978, no mês de agosto, menos de quatro meses do lançamento da edição número zero do jornal, os editores foram alvo de inquérito policial, que durou cerca de 12 meses, sob a justificativa de atentarem contra a “moral e os bons costumes”, além de enquadrados na Lei de Imprensa (SÃO PAULO, 2015).

No que diz respeito a sua importância histórica, *Lampião* representa a fonte documental mais sistemática sobre as violações de direitos humanos pelas quais passaram a comunidade LGBTQ+ nesse período. Conforme pontuou Larissa Tanganelli (2019), em *Há perigo na esquina: discursos dissidentes no jornal Lampião (1978-1981)*, não podemos desconsiderar que todos os casos de violência contra LGBTQ+, reconhecidos pelo Estado brasileiro por meio das suas Comissões da Verdade (nacional e estaduais), em relação ao período da ditadura, constam em alguma das colunas do *Lampião*.

### **Uma reescritura conceitual necessária (ainda que anacrônica)**

Epistemologicamente, parto da reflexão de Renan Quinalha (2017), em *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*, sobre uma possível dimensão “hétero-militar” da ditadura brasileira. Contudo, entendo que os dispositivos de produção atuantes sobre os sujeitos sexualmente dissidentes, nesse regime, produziam não apenas um corpo imaginário heterossexual, mas também um corpo cis, sendo, portanto, notório o acirramento da perseguição direcionada aos sujeitos inscritos em práticas de travestilidades e transgeneridades, assim como a produção dessas subjetividades como inimigas da comunidade social.

Embora Renan Quinalha (2017) tenha notado a produção do “corpo sexual saudável” em torno da cisgeneridade, o termo “hétero-militar” parece omitir ou ocultar a dimensão cis-normativa da ditadura brasileira. Sendo assim, minha reescritura do vocábulo em “ditadura cis-hétero-militar” tem por objetivo destacar a significação do corpo e das sexualidades na ordem sócio-política da cis-heteronormatividade. De tal modo que quando falo na existência de uma dimensão cis-hétero-militar na ditadura brasileira (e não somente de uma dimensão hétero-militar), aponto para adoção de estratégias globais de cis-heteronormalização da vida.

Por cis-heteronormatividade entendo, com a pesquisadora trans Beatriz Bagagli (2016), em *Máquinas discursivas, ciborgues e transfeminismo*, a matriz política de significação do corpo cis-heterossexual, de modo a impor um modelo de

organização social que estabiliza e que naturaliza aquele, lido como estritamente biológico. Essa é a característica essencial da dimensão cis-hétero-militar da ditadura brasileira, tal como a formulo. Dessa maneira, a cis-heterossexualidade aparece como norma sócio-política que organiza nossas vidas em seus mínimos detalhes, fazendo-nos decalcar os valores e padrões da família nuclear burguesa, numa cis-heteronormação da vida.

Esse termo equivale a reescritura do conceito de heteronormatividade de Michael Warner (1991), segundo o qual, para além de uma ordem social que exige que todos sejam heterossexuais, a normatividade heterossexual impõe o modelo de vida heterossexual, supostamente coerente e homogêneo, para todos os sujeitos, inclusive aqueles não-heterossexuais. Tal reescritura destaca a dimensão de cisonormatividade negligenciada por Michael Warner (1991), bem como coloca em suspeita essa omissão. Conforme salienta a pesquisadora e escritora trans Amara Moira (2017, p. 365-366), em *O cis pelo trans*:

A verdade é que, numa sociedade profundamente cissexista, numa sociedade tão cissexista que sequer conseguisse enxergar o próprio cissexismo (de tão naturalizada que estava essa lei, de tão apagada que estava a sua origem, a sua razão), não haveria a menor possibilidade de pensarmos a existência material, concreta de pessoas trans.

Destaco que a adoção do termo técnico “cis” no conceito “hétero-militar” demarca exatamente isto: a cegueira provocada pelo cissexismo que, de tão naturalizado, impossibilita a reflexão a respeito de fenômenos específicos relacionados à existência material e concreta de pessoas trans. Falar heteronormatividade não é a mesma coisa que falar em um regime de cis-heteronormatividade. Se, de um lado, a primazia da heterossexualidade como norma lança luzes para a significação positiva de corpos heterossexuais, em detrimento de corpos não-heterossexuais; do outro lado, a primazia do cis aponta para o modelo sócio-político de normalização e normatização da vida em referência a cis-heterossexualidade. Para além de corpos heterossexuais, há significação positiva e material de corpos cis em detrimento dos corpos trans:

A nomeação daquilo que seria não-trans, não-nós, surge duma necessidade muito nossa, de percebermos com cada vez mais clareza que a insuficiência daquilo que dizem que somos tem que ver, sobretudo, com a recusa em se situarem, em dizerem quem são, ao falarem de nós, dado que são essas as pessoas majoritariamente que falam de nós, por nós: se lhes damos um nome, ‘cis’, é para entender melhor do olhar que primeiro nos concedeu existência, do olhar que, hoje, começa a nos deixar existir. (MOIRA, 2017, p. 367)



Embora não seja possível sustentar a existência de uma política de extermínio de sujeitos inscritos em práticas desviantes da cis-heteronormatividade, é plausível afirmar que, nesse período, a produção de imagens dos sujeitos desviantes como inimigos da sociedade foi valorizada e incentivada radicalmente por diversos órgãos estatais, alçando a condição de estratégia de poder assimilada pelo regime político em questão. A ditadura reestruturou um complexo *cistema* de controle moral, sendo por certo que existiram políticas deliberadas de controle das sexualidades e das práticas dissidentes, bem como de produção do cis-hétero-corpo reprodutivo. A afirmação da existência de uma dimensão sexual do regime se fundamenta nos relatórios da Comissão Nacional da Verdade, Comissões Estadual da Verdade do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, bem como nas pesquisas desenvolvidas por James Green (2000), Benjamin Cowan (2015), João Trevisan (2018), Renan Quinalha (2015, 2017), Rafael Ocanha (2014, 2015), Rita Colaço (2012), Marisa Fernandes (2015), Luiz Morando (2015), dentre outros.

### Que é isto, literatura de jornal?

Dito isso, farei uma breve contextualização sobre a coluna literária publicada no jornal *Lampião da Esquina*, meio pelo qual os textos literários que constituem o *corpus* analítico desta pesquisa foram publicados. Os textos publicados, em sua grande maioria, são contos e poemas, há um fragmento de novela, um fragmento de peça teatral e três fragmentos de romance<sup>18</sup>.

A coluna literária de *Lampião* não era algo “posto ali apenas para deleite ou ocupação de espaço ocioso, ou seja, a literatura nos diários está incorporada à identidade jornalística” (PINHO, 2008, p. 15). Como parte do periódico, os textos literários ali publicados respondem a uma política editorial demarcável, de modo que não se deve pospor essa pretensa unidade editorial e seus efeitos na produção de significados.

Por conta disso, entendo que a função-autor se articula e se projeta em torno do corpo editorial, para além, é claro, do autor empírico do texto literário. Essa transmutação do autor ao corpo editorial enleva-se tanto pelo enclausuramento do sentido autoral, quanto pela interpretação prévia editorial: “Mesmo retirados de contextos diferentes, os escritos literários — poemas, folhetins, contos, crônicas

---

<sup>18</sup> Como meu objetivo, neste artigo, é apresentar a literatura de jornal publicada no *Lampião da Esquina*, de modo a traçar um perfil desta coluna literária, não trabalharei analiticamente os textos literários ali publicados. Contudo, caso o leitor tenha interesse, tanto em minha dissertação (AFONSO-ROCHA, 2020) quanto em artigo recentemente publicado (AFONSO-ROCHA; MITIDIERI, 2019) apresento, por amostragem, análises literárias das edições publicadas em 1978, ano de surgimento do jornal. Entendo que foi nesse período em que o jornal melhor contestou a produção estereotipada dos sujeitos inscritos em práticas desviantes da cis-heteronormalidade, bem como de questionar a utópica unidade do real em torno da cis-hétero-norma.

etc. — estão articulados a demandas programadas pelos jornalistas políticos. Trata-se de uma literatura empenhada.” (PINHO, 2008, p. 121).

Se a literatura publicada em outros veículos, como o livro, convive com a pretensa autoridade do autor, a literatura de jornal também se confrontará com a autoridade e com a unidade editoriais. Afinal, a escolha de determinada literatura para integrar um número específico de um periódico responde a uma política editorial de seleção e de exclusão de textos. A leitura dessa literatura está-em confronto de significação com as leituras das demais colunas jornalísticas.

É preciso destacar, contudo, que a autoridade do autor e do editor não recairá sobre os sujeitos empíricos que, conscientemente, determinariam quais sentidos desejam produzir com determinados textos. Tais autoridades são aqui tomadas como funções do discurso implicadas com suas condições de produção.

Esses textos constituem um conjunto complexo de diversos gêneros: contos, crônicas, poemas, fragmentos de romance, relatos pessoais, narrativas autobiográficas, cartas etc., de forma que falo em literaturas de jornal, no plural. As colunas literárias de jornais não passam, normalmente, em extensão, de uma página do periódico. Dessa forma, tal confluência discursiva não se confunde com a chamada literatura de folhetim que, por ser propagada de forma serial, ocupava extensão maior nos periódicos, tendo capítulos inteiros publicados de uma só vez. Outra diferença, é o *status* gozado por essa literatura de folhetim, inexistente quando se trata dos pequenos textos ou fragmentos publicados em colunas de jornais.

As literaturas de jornal possuem identidade visual, material, simbólica e física diferenciada em relação à literatura publicada em livro, requerendo um enquadramento específico para análise. Observada de perto, a coluna literária reclama a articulação com as demais seções do periódico. Deve-se destacar que a seção literária aparece no meio ou no final do jornal, de modo que o leitor já tenha lido outras seções. É como se as demais colunas fossem proporcionando uma “abertura” para a leitura do texto literário. Por isso, a análise dessa literatura prescinde de elementos externos ao texto e ao que seja estritamente da “ordem do literário”, exigindo, com isso, que seja lida enquanto texto híbrido. Ou seja, as literaturas de jornal dependem de um dispositivo de análise que leve em consideração seu caráter interdiscursivo em diálogo com as demais matérias do periódico em que foram publicadas. Esse encadeamento de leituras acaba interferindo na produção de sentidos do texto literário.

Das 41 (quarenta e uma) edições, a coluna literária integrou somente 23 (vinte e três) números. Algumas edições apresentam duas seções literárias, uma destinada a poesia e outra a narrativa. Na edição zero, o Conselho Editorial informou que a coluna literária de poesia estaria sob responsabilidade de Gasparino Damata, mas, em diversos números, essa seção foi assinada pelo poeta Glauco Mattoso que, conquanto não integrasse o Conselho editorial do jornal, foi, sem dúvidas, um dos mais importantes colaboradores do *Lampião*. Nada consta sobre a seção literária

de narrativa. Questionei João Silvério Trevisan sobre a organização desta seção e obtive a seguinte resposta:

Até onde me lembro não havia ninguém nominalmente responsável por essa coluna. Mas acredito que o Aguinaldo em geral se adiantava para pautar. Afinal, ele acabou tomando o espaço da chefia editorial, por força da fragilidade estrutural do jornal, aí incluindo a grave questão financeira. É o que posso lhe dizer. Mas não se tratava de uma regra. Havia muita informalidade no cotidiano do *Lampião*.<sup>19</sup>

Ainda na edição experimental, o jornal informou que “Entre publicar poetas consagrados e dar vez aos jovens, nosso jornal escolheu o segundo caminho, e resolveu abrir esta página a todos os que se dediquem com talento e verdadeiro empenho à poesia” (1978, p. 10). Contudo, após o mapeamento das edições, verifiquei que diversos números trouxeram textos de autores conhecidos na época como Álvaro de Campos, Jean Genet, Konstantínos Kaváfis, Manuel Puig, Mário de Andrade, Mestre Therion, Sosígenes Costa dentre outros.

Dos 42 autores, 7 são europeus, dois são argentinos e 33 são brasileiros. Desses últimos, apenas 3 são oriundos da região sul, 11 do Nordeste e 15 do Sudeste. Não há escritores da região norte e centro-oeste. A paridade entre autores do nordeste e sudeste pode ser justificada pelo fato de que parte integrantes do Conselho eram oriundos dessas regiões.

Há pouca presença de literatos latino-americanos, com exceção de dois argentinos, quais sejam, Manuel Puig e Abelardo Castillo. Contudo, pontua-se que a presença de autores europeus não é tão marcante, podendo sinalizar uma política editorial não eurocêntrica. Importa destacar a inexistência de textos de autores norte-americanos, afinal o jornal fazia crítica à hegemonia cultural “imposta” pelos Estados Unidos.

Somente quatro escritoras - **Cassandra Rios, Leila Miccolis, Maria Lucia de Barros Mott e Renata Pallottini** - publicaram na coluna literária, cada uma teve apenas um texto selecionado; essas autoras representam menos de 10% do total de textos publicados. Disso resulta que a literatura do jornal *Lampião* apresenta certa homogeneidade no que diz respeito ao gênero, visto que predomina a autoria masculina.

Cabe destacar que, com os dados disponíveis, não foi possível quantificar aspectos étnico-raciais em termos totais; mas, sabe-se que pelo menos 26 literatos são brancos entre considerando 42 autores. Afirma-se, pois, a existência de literatura hegemonicamente de autoria branca. Em relação à orientação sexual, sabe-se que 25 dos 42 autores afirmam a identidade homossexual. Dessa forma,

---

<sup>19</sup> Resposta via Facebook obtida em 2019.

a literatura publicada no *Lampião* é sobretudo de autoria branca, masculina e homossexual.

A respeito desse diagnóstico sócio-político da coluna literária do *Lampião*, interessa-nos colocá-lo em diálogo com os dados da pesquisa realizada pela professora Regina Dalcastagné (2012) cujo intuito foi o de traçar o perfil do romance brasileiro contemporâneo. A pesquisa abarcou romances publicados no Brasil entre 2005 e 2014. Conforme a professora esmiúça, a configuração da literatura brasileira apresenta pouca pluralidade: dominada quase exclusivamente por homens, cis-heterossexuais, brancos, da classe média e sudestinos. Essa conformação homogênea interfere diretamente nas narrativas que acabam abordando apenas as singularidades dramáticas vivenciadas na metrópole que, então, são universalizadas e tomadas para além do regionalismo sudestino no qual foram gestados, em uma latente universalização do regionalismo do Sul e do Sudeste que se impõe como único parâmetro estético.

Em comparação com o perfil da coluna literária do jornal *Lampião*, sinaliza-se que, diferente do perfil do romance brasileiro contemporâneo, aquela apresenta certa paridade em relação a região de origem dos autores, com uma maior concentração de escritores do Nordeste e do Sudeste. A ausência de escritores norte-americanos e a presença de poucos europeus permitem afirmar que o periódico não reforçou o eurocentrismo cultural.

Contudo, a coluna literária do *Lampião* expressa conformação pouco plural, pois se centra na autoria masculina, hegemonicamente branca, mas com representatividade de sujeitos inscritos em práticas sexuais lidas como desviantes. De tal forma que esse espaço comparece como zona de luta, lugar em disputa, contestado. Ou melhor, apresenta-se como um espaço cindido, de dissenso, de resistência, como também um espaço de sedimentação das relações hegemônicas de poder. Nesse Coliseu, forças se digladiam discursivamente, engendrando contradições constitutivas, em razão da desigualdade imposta pelas forças homogeneizantes e canônicas (forças brancas, cis-heteronormativas, sudestinas, cristãs, masculinas). Embora apresente pouca pluralidade, a literatura “homossexual” publicada no *Lampião* inscreve-se como forças desviantes da cis-heteronormatividade, construindo espaços outros para além dos espaços sedimentados das relações de poder.

### **Um lampião lança luzes no subterrâneo**

Enraizado em seu contexto sócio-histórico, o periódico não celebrava apenas a “subcultura homossexual”, como também denunciava as violações de direitos pelas quais passaram a comunidade LGBTQ+ no período da ditadura cis-hétero-militar brasileira. O *Lampião* não foi somente a representação simbólico-imaginária de um gueto homossexual, visto como uma totalidade harmoniosa de sentidos, pelo contrário: “No *Lampião*, então, a imagem do ‘gueto’ aparece como vestígio (*trace*)

sintomal dos silêncios sobre a identidade do sujeito homossexual, que atuavam pelo funcionamento censório da língua totalitária do regime militar” (SANTOS; BECK, 2019, p. 150).

Em seu editorial inaugural bradava: “É preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara sua preferência sexual como uma espécie de maldição” (LAMPIÃO, 1978, p. 1). O jornal *Lampião* foi um dos maiores ícones do “movimento homossexual” no período da chamada “Abertura” na ditadura cis-hétero-militar brasileira, de modo que acabou por incentivar a formação do que seria visto como o primeiro grupo de ativistas homossexuais no Brasil, o *SOMOS: Grupo de Afirmação Homossexual*, ainda no período da ditadura.

A literatura publicada no *Lampião* se constituiu como “espaço de homosocialidade”, para retomar uma expressão de Michel Maffesoli (2012), em *Homossociabilidade: da identidade às identificações*, visto que os vínculos de sociabilidade e as formas de estar-junto ali anunciadas significaram experiências transindividuais desviantes da cis-heteronormatividade, sinalizando a perda do si (do Eu) nos outros. Experiências essas contrárias aos valores e à moral impostos pelo regime cis-hétero-militar que se deu com apoio de setores expressivos da sociedade, não podemos esquecer.

As vivências desviantes, re(a)presentadas na literatura lampiônica, manifestaram-se, nesse viés, como exercício do direito de resistência, já que fundada em um pensamento amoroso e sexual da vida em sua integralidade, em oposição à atitude normativa que se justificava na hiper-realidade, isto é, no imaginário de uma realidade cis-heterossexista transparente, pretendida e sustentada pela ditadura.

Para Luís Alberto Warat (1988), em *Manifesto do Surrealismo jurídico*, a pornografia procura ansiosamente um princípio unitário. Assim, pornográfico é o *cistema* que castra as possibilidades de sonhar, amputando a multiplicidade de transformações. O regime cis-hétero-ditatorial brasileiro foi a tentativa mais acabada, por isso consequentemente menos efetiva (poder quase sem mediação), de impor um território específico e limitado de ficções como verdade inquestionável – a verdade do sexo, da religião, da burguesia – à qual todos, sem exceções, deveriam se submeter. Nesse sentido, a ditadura, ao reforçar a imposição da cisgeneridade como normatividade, transmutou-se num *cistema* pornográfico, constituindo-se como tentativa de castrar as possibilidades do vir a ser, que escapam, no mais das vezes, aos padrões impostos como universais.

A pornografia autoritária do regime aparece como construção de uma fantasia perfeita que impõe o Um, resistindo a qualquer tipo de diferença, ao passo que tem sua existência ficcionarizada nessas diferenciações, uma vez que só é possível sustentar a ilusão do Um mediante a ameaça da pluralidade.

Os textos literários publicados em *Lampião da Esquina* sinalizam—que a naturalização da cis-heterossexualidade em desfavor das “anomalias sexuais” foi desenvolvida por mecanismos e por estratégias estruturadas com base em relações hegemônicas de poder. Estas buscaram (e buscam) capturar as práticas sexuais estruturadas em desacordo com a cis-hétero-norma. Na contramão do *cistema* pornográfico intensificado pela ditadura brasileira, a literatura lampiônica foi erótica<sup>20</sup>, isto é, exibiu a pluralidade da existência através do questionamento das formas oficiais e oficiosas de cultura, problematizando as diferenças que não querem ser aceitas ou assimiladas, muito menos toleradas, num iminente caráter transgressivo. Proclamando que o Um é ele em si plural. O erotismo assume a complexidade da vida em suas contradições plurais, sem tentar domesticá-la, reduzi-la, amputá-la. O erotismo lampiônico nada mais foi do que uma luta empreendida contra a realidade sexual imposta pelo regime, devolvendo Eros à vida, demonstrando que é possível viver o extraordinário, de modo que o sublime se prolifere no cotidiano em sua banalidade efêmera<sup>21</sup>.

Ao questionar a pornografia autoritária *cistemática*, o *Lampião* se constituiu, creio eu, como um transgressivo gesto político de resistência às políticas sexuais do regime militar, desenhando, no espectro visível, em cores quentes e vibrantes, trajetórias e deslocamentos de corpos e sexualidades múltiplas, instáveis, subterrâneas e revolucionárias (numa dimensão, talvez, inalcançável ao mais vanguardista movimento de esquerda), tornando visível a própria visibilidade em seu funcionamento excludente.

À margem do que o imaginário hegemônico aponta, os textos indicam que o periódico se opôs à excessiva formalização, ao dualismo esquemático e *cistemático*, à razão instrumental, rompendo, fraturando, ou melhor, abrindo fissuras (anais) na referência única—o homem, branco, cis-heterossexual, urbano, burguês, cristão—para re(a)presentar uma estética das diferenças, uma ética da estética desviante, irreverente, incivil, desobediente, indesejada no regime por não reproduzir os valores morais da “família tradicional” (indesejada igualmente nas esquerdas viris). Essa literatura ctônica<sup>22</sup> resistiu aos sentidos solidificados do imaginário instituído, rasurando a clausura uniforme e seriada imposta pelo sexo rei.

---

<sup>20</sup> Erótico aqui é tomado como questionamento da realidade imposta como princípio de unidade, conforme Luís Warat (1988).

<sup>21</sup> “Nesse movimento de trazer à tona a homossexualidade no espaço social e fazer que esses indivíduos fossem reconhecidos enquanto cidadãos, que a edição de número zero do jornal trouxe o editorial como título ‘Saindo do gueto’ que propôs a ação de tirar os homossexuais da marginalidade.” (AMARAL; BERTOLLI, 2015, p. 61).

<sup>22</sup> Em minha pesquisa de mestrado, proponho a noção de literatura ctônica para adjetivar os textos literários publicados no jornal *Lampião da Esquina* buscando me distanciar do conceito de literatura marginal, por entender que tal noção é muito específica da poesia da década de 1970 e por considerar que, nessa época, as literaturas ditas “homossexuais” não estavam à margem, local ainda possível de



O *Lampião* re(a)presentou os desejos, práticas, prazeres, sofrimentos, dores, castrações, limitações, emoções de sujeitos desviantes da cis-heteronormatividade, para além da mera representação da vitimização, assumindo, com isso, um destacado papel no ativismo LGBT+. A literatura lampiônica não representa vítimas de uma sociedade lesbo-trans-homofóbica, mas sim re(a)presenta a resistência subterrânea das “anomalias sexuais” ao regime cis-hétero-militar, não se restringindo aos padrões de uma cultura cis-heterossexual burgo-militar, circunscrita aos valores monolíticos judaico-cristãos. O jornal constituiu-se como experiência singular de oposição ao *cistema* ditatorial brasileiro, em específico, à moral e aos bons costumes, afervorados pelos defensores do regime de exceção.

AFONSO-ROCHA, R. A lampion lights the corners of literature. **Itinerários**, Araraquara, n. 50, p. 57-82, 2020.

- **ABSTRACT:** *This paper approaches the Brazilian cis-straight-military dictatorship (1964-1988) as represented in the homosexual newspaper Lampião da Esquina (Corner Lampion, 1978-1981), reflecting on the representation of sexual policies adopted by the Brazilian dictatorial regime of 1964. The objective is to present the socio-political profile of the literary column published in that newspaper, in order to demonstrate the relevance of researches on newspaper literature in dictatorial governments. First, I contextualize the creation of Lampion, presenting it as a possible rupture of the established canon through its literary column, since it tensioned the “universal” reference regime: cis-straight, urban, bourgeois, Christian, white man. Then, I analyze the particularities of literary texts published in newspapers, aiming to highlight their heterogeneity and analytical-interpretative specificity. After a detailed description of its literary column, I interpret the historicity and the ethical-aesthetic sensitivity that constitute these texts as the LGBT+ resistance to the dictatorial regime, since the relation between dictatorship and “homosexualities”, I believe, should be read with a theoretical-conceptual foundation capable of showing the intensification, by the regime, of the symbolic practices of production of bodies in reference to cis-heteronormativity.*
- **KEYWORDS:** *Lampião da Esquina (Corner Lampion). Newspaper Literature. Homosexual Literature. Brazilian cis-straight-military dictatorship.*

---

ser visto, mas se encontravam no subterrâneo, longe, assim, do espectro visível da elite intelectual brasileira. O termo *ctônico* remete à terra, aos deuses do submundo, em oposição aos deuses *telúricos* (céu), símbolos da beleza e da perfeição. Como nosso trabalho é sempre arqueológico, de escavação mesmo, é quase impossível sustentar a origem ou surgimento dessa literatura em certa obra específica, uma vez que, dada sua característica *ctônica*, a qualquer hora podemos encontrar novos textos publicados em períodos anteriores. Não os encontrar não significa necessariamente que inexistem, apenas que não os encontramos ainda.



## REFERÊNCIAS

AFONSO-ROCHA, Ricardo. **Bichas também SANGRAM**: Deimopolítica e direito de resistência na literatura do jornal Lampião da Esquina. Dissertação – (Mestrado em Letras: Linguagens e Representações). Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia.

\_\_\_\_\_. **Bichas inauguram a utopia**. Trabalho de conclusão de curso – (Bacharelado Em direito). Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, 2018.

\_\_\_\_\_; MITIDIERI, André Luís. Bichas inauguram a utopia: resistência homoerótica na literatura lampiônica. **Raído**, v. 13, n. 32, p. 47-72, 2019.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

AMARAL, Muriel; BERTOLLI, Cláudio. Qual é o crime desse rapaz?": resistência e discurso no jornal Lampião da Esquina. **Estudos em Comunicação**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 53-76. 2015.

AVELAR, Idelber. Revisões da masculinidade sob ditadura: Gabeira, Caio e Noll. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 43, p. 49-68, jan.-jun. 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323130679004>. Acesso em: 17 dez. 2019.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Máquinas discursivas, ciborgues e transfeminismo. **Revista Gênero**, v. 14, n. 1, 2016.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Tradução de Rita Buongermino e Pedro de Souza. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BARROSO, Gustavo. **Judaísmo, Maçonaria e Comunismo**. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira. 1937.

BRASIL. Ditadura e homossexualidades. **Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014.

BRITO, Alexandre Magno Maciel Costa. **O Lampião da esquina**: uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, 2016.

CABAÑAS, Tereza. A poesia marginal e os novos impasses da comunicação poética. **Revista de Letras**, v. 45, n. 1, p. 89-116, 2005.

CABRAL, Jacqueline Ribeiro. ARQUIVOS DA REPRESSÃO: representações sociais da diversidade sexual e de gênero na ditadura militar. Anais do VIII Seminário de Saberes Arquivísticos. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 5, Número Especial, p. 103-121, 2017.

COLAÇO, Rita. **De Daniele a Chrysóstomo**: quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2002.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e subversão no regime militar. In: GREEN, J; QUINALHA, R. (org.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EduFSCar, 2015. p. 27-52.

DALCASTAGNÉ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea**: um território contestado. São Paulo: Editora Horizonte, 2012.

DANIEL, Herbert. **Passagem para o próximo sonho**: um possível romance autocrítico. Editora Codecri, 1982.

FARIA, Octávio de. **Machiavel e o Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e ditadura militar: uma luta contra opressão e por liberdade. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EduFSCar, 2015. p. 125-148.

FICO, Carlos. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. **Topoi (Rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 251-286, 2002.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. Prefácio. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EduFSCar, 2015. p. 13-17.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos IX**: Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade. Rio de Janeiro: Forense, 2014. p. 118-140.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. Quem é o macho que quer me matar? Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília: Ministério da Justiça, p. 58-93, 2012.

GROS, Frédéric. A parrhesia em Foucault (1982-1984). In: GROS, Frédéric *et al* (Orgs.). **Foucault**: a coragem da verdade. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2004.

HARCOURT, Bernard E. **The Punitive Society**. London: Palgrave Macmillan, 2015.

**LAMPIÃO DA ESQUINA.** Direção: Livia Perez. Rio de Janeiro: Produção Independente, 2016, documentário.

**LAMPIÃO DA ESQUINA.** Rio de Janeiro, nº 0, abr. 1978.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, nº 21, fev. 1980.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, nº 26, jul. 1980.

LIMA, Marcus Antônio Assis. Breve histórico da imprensa homossexual no Brasil. **Biblioteca On-line de Ciências da Informação**, 2001.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade:** política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”. Salvador: EDUFBA, 2018.

MAFFESOLI, Michel. Homossociabilidade: da identidade às identificações. **Bagoas Revista de Estudos Gays e Lésbicos**, Natal, v. 1, n. 1, p. 15-26, 2012.

MOIRA, Amara Rodvalho. O cis pelo trans. **Estudos Feministas**, v. 25, n. 1, p. 365-373, 2017.

MORANDO, Luiz. Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969). In: GREEN, J; QUINALHA, R. (org.). **Ditadura e homossexualidades:** repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EduFSCar, 2015, p. 53-82.

OCANHA, Rafael Freitas. “**Amor, feijão, abaixo camburão**” - Imprensa violência e trottoir em São Paulo (1979-1983). Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). GREEN, James; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades:** repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EduFSCar, 2015. p. 149-175.

PINHO, Adeíto Manoel. **Uma história da literatura de jornal:** o imparcial da Bahia. 2008. 1093 f. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes:** a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

**RESISTIR É PRECISO.** Direção de Ricardo Carvalho. São Paulo: Documentário independente, 2014 (52 min.).

RIO DE JANEIRO. Ditadura e homossexualidades. **Comissão Estadual da Verdade.** Rio de Janeiro: CEVRJ, 2015.

RODRIGUES, Jorge Caê. Um Lâmpião iluminando esquinas escuras da ditadura. *In*: GREEN, James; QUINALHA, Renan (orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EduFSCar, 2015. p. 83-124.

SANTOS, Iago Moura Melo dos; BECK, Maurício. Vestígios do silêncio. **RUA**, v. 25, n. 1, 2019.

SÃO PAULO. Ditadura e homossexualidades. **Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva**. São Paulo: CEVSP, 2015.

SILVA, Edilene; BRITO, Alexandre. Travestis e transexuais no jornal “Lâmpião da Esquina” durante a ditadura militar (1978-1981). **Dimensões**, n. 38, p. 214-239, 2017.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SIMÕES JUNIOR, Almerindo Cardoso. **...E havia um Lâmpião na Esquina**: Memórias, identidades e discurso homossexual no Brasil do fim da ditadura. (1978-1980). Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

TANGANELLI, Larissa de Rezende. **Há perigo na esquina**: discursos dissidentes no jornal *Lâmpião* (1978-1981). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2019.

**TEMPORADA DE CAÇA**. Documentário. Direção: Rita Moreira. [S.L]: produção independente, 1988.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

WARAT, Luís. **Manifesto do surrealismo jurídico**. Santa Catarina: Acadêmica, 1988.

WARNER, Michael. Introduction: Fear of a queer planet. **Social text**, nº 29, p. 3-17, 1991.

